



BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56



Exercício encerrado em 31.12.2024

d) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Despesas com demandas cíveis	(15.248)	(16.805)	(4.049)
Despesas com demandas fiscais	(7.553)	(8.199)	(5.104)
Atualização monetária de dividendos	(4.019)	(9.946)	(12.873)
Reversão títulos precatórios	(2.893)	(2.893)	--
BB – Custos indiretos/suporte operacional	(507)	(954)	(1.605)
Registro de contratos	(71)	(122)	(362)
Outras	(5.085)	(6.035)	(78)
Total	(35.376)	(44.954)	(24.071)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$3.261.860 mil (R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2023) está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.829.824 mil (R\$ 4.816.052 mil em 31.12.2023) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.609,94 por ação (R\$ 1.605,35 em 31.12.2023).

b) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Base de cálculo:	125.977	261.681	324.027
- Lucro líquido	132.607	275.453	341.081
- Reserva legal constituída no período	(6.630)	(13.772)	(17.054)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	31.494	65.420	81.006
Dividendo adicional (75%)	94.483	196.261	243.021
Total destinado ao acionista	125.977	261.681	324.027
Lucro líquido após as destinações	--	--	--

13 – TRIBUTOS

a) Composição das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Valores correntes	(75.053)	(165.252)	(203.498)
IR e CSLL no país	(75.053)	(165.252)	(203.498)
Valores diferidos	(10.653)	(19.056)	(24.061)
Passivo fiscal diferido	(13.150)	(21.919)	(23.823)
Ajuste da carteira de arrendamento	--	--	2.850
Marcação a mercado	--	--	(238)
Ativo fiscal diferido	2.497	2.863	(2.742)
Marcação a mercado	--	--	2.504
Diferenças temporárias	2.497	2.863	2.504
Total	(85.706)	(184.308)	(227.559)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Resultado antes dos tributos	219.313	459.781	568.640
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(87.325)	(183.904)	(227.456)
Outros valores	1.619	(404)	(103)
IR e CSLL do período	(85.706)	(184.308)	(227.559)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Cofins	(10.952)	(21.564)	(25.189)
PIS/Pasep	(1.780)	(3.504)	(4.093)
ISSQN	(1.576)	(3.198)	(2.894)
Total	(14.308)	(28.266)	(32.176)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2024	31.12.2023
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	85.079	63.160
Total	85.079	63.160
IR	85.079	63.160
Passivo não circulante	85.079	63.160

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2023	Exercício/2024		31.12.2024
		Saldo	Constituição	
Diferenças temporárias	21.134	11.776	(8.913)	23.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.182	6.992	(3.302)	14.872
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	7.728	3.557	(4.528)	6.757
Provisões passivas - outras	2.051	1.222	(960)	2.313
Outras provisões	173	5	(123)	55
Total	21.134	11.776	(8.913)	23.997
IR	13.204	7.361	(5.567)	14.998
CSLL	7.930	4.415	(3.346)	8.999
Ativo não circulante	21.134	11.776	(8.913)	23.997

EXTRATOS DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações contábeis completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço [BB Leasing SA - Arrendamento Mercantil - Você | Banco do Brasil](#). O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 25 de março de 2025, sem modificações.

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

O relatório do conselho fiscal da BB Leasing, datado de 25 de março de 2025, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico [BB Leasing SA - Arrendamento Mercantil - Você | Banco do Brasil](#). O referido relatório opina que os documentos avaliados no âmbito daquele Conselho encontram-se em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

» Entrevista// SAUL CHREM - CEO DA XERTICA.AI

Executivo de empresa com atuação em seis países da América Latina está otimista com o avanço da inteligência artificial no Judiciário brasileiro. Tecnologia dá celeridade aos processos, auxilia magistrados e amplia o acesso à Justiça, segundo ele

“IA promove revolução silenciosa”

» ANA DUBEUX
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Um dos fundadores da Xertica.AI, empresa de soluções tecnológicas com atuação em seis países da América Latina, Saul Chrem está otimista com o uso crescente de inteligência artificial no Judiciário brasileiro. Na avaliação dele, a tecnologia pode contribuir sobremaneira para os tribunais analisarem com mais celeridade os 84 milhões de processos em curso, distribuídos entre 18 mil juízes. “A Justiça brasileira já entendeu que a única forma de resolver esse volume de processos dos tribunais não é incrementando a estrutura, mas investindo em tecnologia”, afirma, nesta entrevista ao Correio. Um dos avanços citados por Chrem ocorre no Ministério Público do Rio Grande do Sul, onde é possível transcrever horas de vídeos em questão de minutos. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual a maior mudança que a IA pode proporcionar no Judiciário?

Dos cinco maiores tribunais de justiça do mundo, três estão no Brasil: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O setor tem observado um índice de judicialização cada vez maior. O Brasil conta hoje com aproximadamente 84 milhões de processos em tramitação, distribuídos entre 18 mil juízes, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Considerando o aumento médio de 10% ao ano que temos observado, é humanamente desafiador — para não dizer impossível — finalizar a análise e o julgamento de todos os processos, além de concluir os trâmites previstos, como acompanhamento de sessões. Uma prova disso é que observamos um atraso na conclusão desses processos, com tempo de tramitação médio de sete anos.

A IA está mudando esse quadro?

Assim como em outros setores, a IA está transformando a maneira como o sistema judicial brasileiro lida com o alto volume de processos e tem muito a

somar na automatização de tarefas, o que consequentemente pode reduzir o tempo dos processos. Para dar celeridade e eficiência a atividades repetitivas — e que demandam bastante energia e esforço das instituições, nós desenvolvemos, por exemplo, uma função avançada de tomada de decisão orientada por IA, para autoridades e instituições governamentais, capaz de otimizar audiências virtuais, transcrever documentos judiciais ou jurisprudência, além de identificar atores — tudo para contribuir com a velocidade e precisão do setor, que opera em formato totalmente digital. Com a digitalização dos fluxos de trabalho jurídicos e ao permitir audiências virtuais, impulsionamos o acesso à justiça para mais de 35 milhões de cidadãos.

Qual será o papel dos juízes com o avanço da IA?

Com o aumento da acessibilidade à Justiça, o que é muito positivo, também veio uma demanda muito maior para os servidores públicos, e a estrutura atual não consegue acompanhar esse crescimento. A Justiça brasileira já entendeu que a única forma de resolver esse volume de processos dos tribunais não é incrementando a estrutura, mas investindo em tecnologia. Então, a IA é uma aliada indispensável para enfrentar a sobrecarga do sistema judiciário. Ela vem para preencher essa lacuna, oferecendo rapidez e precisão nas tarefas operacionais, permitindo que os juízes se concentrem em decisões críticas e estratégicas. Com o alto índice de judicialização, a IA, por meio de ferramentas de análise de precedentes, por exemplo, também é uma grande aliada em encontrar documentos análogos a um caso específico que podem ser usados como base para argumentação jurídica. A IA não vem para substituir as pessoas, mas para o empoderamento das pessoas na melhoria da qualidade e agilidade no atendimento ao cidadão.

A digitalização no Judiciário pode tornar o Brasil uma referência?

O Brasil destaca-se globalmente pela avançada digitalização do seu sistema judiciário.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



A IA é uma aliada indispensável para enfrentar a sobrecarga do sistema judiciário. Ela vem para preencher essa lacuna, oferecendo rapidez e precisão nas tarefas operacionais, permitindo que os juízes se concentrem em decisões críticas e estratégicas”

Com a continuidade dos investimentos em tecnologia e inovação, o Brasil tem potencial para consolidar-se como uma referência mundial na modernização do Judiciário. Apesar do potencial significativo, ainda há desafios que afetam seu progresso nessa área. A digitalização envolve diversos aspectos, como infraestrutura de tecnologia da informação, acesso à internet, inovação no setor público e privado, educação digital, uso de tecnologias emergentes e claro, acesso a investimentos. O governo federal tem implementado uma série de iniciativas que utilizam a IA para melhorar serviços públicos, otimizar processos e promover o bem-estar social, como parte da estratégia do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBI), que prevê investimentos de R\$ 23 bilhões até 2028. Por outro lado, para que o Brasil seja uma referência em digitalização, é preciso considerar sistemas em nuvem

que sejam capazes de processar e analisar uma grande quantidade de dados em tempo real, uma infraestrutura complexa que temos trabalhado para assegurar nos mais diversos setores.

De que maneira a tecnologia pode ampliar o acesso do cidadão à Justiça?

Estamos falando de uma Justiça mais ágil, e isso significa que aqueles que dependem das decisões da Justiça podem seguir em frente com suas vidas e negócios de maneira mais rápida. Além da celeridade, a IA pode apoiar na equidade e transparência de todo o processo, fazendo que as decisões sejam mais assertivas e justas. A IA está proporcionando uma revolução silenciosa, que melhora a resolutividade sem comprometer a qualidade.

Vocês têm algum case ligado à Justiça aqui no Brasil?

Sim. O Ministério Público do

Rio Grande do Sul já utiliza soluções de IA que têm gerado ganhos expressivos em produtividade, como a transcrição de horas de vídeos em questão de minutos. A inteligência artificial não apenas agiliza os processos, mas também possibilita que os promotores consigam respostas detalhadas em segundos. Com isso, eles podem direcionar seu tempo para questões mais estratégicas, tornando o sistema judicial mais eficiente e preciso. Essas inovações tecnológicas aceleram o funcionamento do Judiciário e beneficiam não apenas os servidores públicos, mas toda a sociedade que depende de uma Justiça mais eficiente e acessível.

Como avalia a recente resolução do CNJ sobre o tema, disciplinando o uso de IA nos tribunais?

Acreditamos na importância da regulamentação da IA em todos os setores para garantir o uso

assertivo e seguro da tecnologia, que passa por mudanças e atualizações cada vez mais recentes e que precisam estar em conformidade com normas éticas e a proteção de dados pessoais. A IA também deve ser considerada como uma aliada importante na busca por um sistema jurídico mais seguro e transparente, apoiando a assertividade das decisões, sempre com o apoio da supervisão humana.

Qual impacto a IA pode gerar em microempresas? Vocês têm projeto nessa área?

Um dos nossos objetivos é capacitar empresas e instituições com ferramentas que elevem a eficiência operacional, melhorem as tomadas de decisões e tenham impacto na sociedade. Estamos focados em clientes privados de setores específicos: varejo, bens de consumo, saúde e serviços financeiros e também organizações do governo, principalmente com soluções para justiça, saúde e meio ambiente. A IA tem capacidade de gerar um impacto positivo em qualquer empresa que trabalhe com base de dados e precise de um sistema inteligente para analisá-los. Nosso objetivo é apoiar essas organizações na tomada de decisões assertivas, com uma visão holística de suas informações.

O Judiciário brasileiro tem se adaptado bem a tantas mudanças?

Atualmente, os processos eletrônicos no Brasil são totalmente digitais, e sua tramitação também ocorre de forma eletrônica. O Brasil, além de ser pioneiro na digitalização dos processos judiciais, tem se adaptado rapidamente às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), se destacando na promoção da transparência e do acesso à informação no Judiciário e explorado o uso da tecnologia blockchain — a fim de garantir a segurança e a imutabilidade de documentos e registros judiciais. O país tem iniciativas e boas práticas que o consolidam como um modelo de eficiência, acessibilidade e inovação na justiça digital. Contudo, ainda há espaço para melhorias.